



SAÚDE PÚBLICA

Sem meios contra droga

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios mostra que prefeituras sofrem com falta de verba e estrutura para combater o tráfico

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O tráfico de drogas e o crime organizado são problemas em 83,3% dos municípios, mas 77,2% das cidades não contam com Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e 77,3% não têm Plano Municipal de Políticas sobre Drogas. Os dados fazem parte do estudo *Entre Responsabilidades e Escassez de Recursos: a Implementação da Política sobre Drogas nos Municípios Brasileiros*, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O levantamento coletou dados entre 29 de outubro de 2025 e 18 de fevereiro de 2026. Participaram 1.567 municípios, cerca de 28% do total. Segundo a CNM, o público-alvo da pesquisa incluiu prefeitos, secretários de Administração e chefes de gabinete, cujas respostas foram consideradas manifestações espontâneas dos gestores.

Para Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, a dificuldade não é somente a criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, mas, também, a capacidade dos municípios de mantê-lo. “O fortalecimento da política sobre drogas passa pela construção de cooperação entre os entes federados. Para além de estabelecer as diretrizes nacionais, cabe à União criar condições para que essas diretrizes possam ser concretizadas,

combinando financiamento e apoio técnico. Esse suporte pode contribuir para que os municípios avancem na estruturação de suas políticas e fiquem menos sobrecarregados na execução delas”, avalia.

Entre os gestores que identificaram a circulação de drogas como um problema, 43,9% classificaram a intensidade como média e 37,1%, como alta. Somados, os dois grupos representam 81% dos respondentes que reconhecem o fenômeno em níveis considerados significativos. Outros 17,5% avaliaram o problema como baixo e 1,6% não responderam.

Recursos federais

Além disso, o levantamento aponta fragilidade no financiamento federal aos municípios. Segundo a pesquisa, cerca de 88,1% dos entes não têm Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas e 77,2% precisam utilizar recursos próprios. As transferências estaduais (11,7%), as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (10,8%) e as emendas parlamentares (9,5%) aparecem como fontes minoritárias. Apenas 3% têm acesso ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Segundo a CNM, a União autorizou R\$ 1,2 bilhão para a Funad, entre 2022 e 2026. Mas apenas 34,1 milhões foram destinados aos municípios, e somente R\$ 26,8 milhões foram efetivamente pagos.

Paulo Pinto/Agência Brasil



CNM adverte que as transferências federais e estaduais de recursos contra o tráfico são insuficientes

O levantamento também apontou que a circulação de drogas impacta os principais serviços públicos, com a saúde como a área mais afetada (87,8%), segundo os gestores. A assistência social (84,8%), a segurança pública (77,6%) e a educação (73,8%) foram as outras áreas mencionadas.

Ziulkoski entende que um dos

principais desafios é fazer com que a política de drogas funcione de forma intersetorial, para que não fique presa a uma secretaria. “A pesquisa mostra que, entre os planos existentes e as respostas sobre integração com outras áreas, a saúde e a assistência social estão mais presentes, mas a questão das drogas demanda articulação com

educação, segurança pública, entre outras”, observa.

O presidente da CNM explica que, antes da implementação de políticas antidrogas, é preciso que seja feito um diagnóstico da realidade municipal e quais áreas são mais afetadas.

Apesar disso, os municípios agem por meio de atividades de

» Novo remédio contra diabetes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do Kyinsu, medicamento da Novo Nordisk que combina insulina icodeca e semaglutida em uma única solução injetável. A decisão autoriza o uso do produto no tratamento de adultos com diabetes tipo 2 que não apresentam controle adequado da doença com determinados tratamentos. O Kyinsu reúne dois princípios ativos que atuam de formas diferentes no controle da glicose. A insulina icodeca é de ação prolongada, desenvolvida para administração semanal, enquanto a semaglutida é um agonista do receptor de GLP-1, hormônio envolvido na regulação da glicemia.

prevenção contra o uso de drogas. Entre as medidas, estão as campanhas e palestras (81,6%), assistência social — como as desenvolvidas nos centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) —, equipamentos de acolhimento (77,5%) e a atenção e o cuidado no âmbito da saúde (71,2%).

ESCOLHA A

ESCOLA

DO

SEU FILHO

2026

20

Anos

O FUTURO DO SEU FILHO COMEÇA COM UMA ESCOLHA.

Uma boa escola abre caminhos, amplia experiências e transforma oportunidades. Conheça o Escolha a Escola do seu Filho 2026, o maior especial de Educação do Distrito Federal.

ACESSE O SITE

Escola montessori

olimpo

COLÉGIO MARISTA DE BRASÍLIA

SESI

LEONARDO DAVINCI

Rede Sagrado COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

SIS Swiss International School

Heavenly INTERNATIONAL SCHOOL

La Salle Rede de Educação

SINEPE/DF Educação Livre Educação

BRINK KIDS

Educação Adventista

MapleBear

Colégio Veritas

Realização: CORREIO BRAZILIENSE Clube

Produção: TV BRASILIA CB Brands